



## “JUQUERY – LUGAR FORA DO MUNDO”: UMA ANÁLISE NARRATOLÓGICA SOBRE AS MEMÓRIAS DA LOUCURA

Camila Fortes Monte Franklin<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo analisar a produção de narrativas e a construção de sentidos sobre as memórias da loucura formadas pelo documentário “Juquery – Lugar Fora do Mundo”, dirigido por Alex Tajra, produzido pela Globo News e lançado em 2022. Através da Narratologia (MOTTA, 2005; BORGES, 2014), o artigo também visa apontar de que modos o jornalismo, enquanto ferramenta midiática, é capaz de ser instrumento de memória, ao mesmo tempo em que influencia no processo de esquecimento, silenciamento e apagamento, e de como o ato de narrar pode dar forma e construir novos sentidos sobre a loucura no tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** *loucura. Memória. Narratologia. Globo News. Juquery.*

**ABSTRACT:** The present work aims to analyze the production of narratives and the construction of meanings about the memories of madness formed by the documentary “Juquery – Lugar Fora do Mundo”, directed by Alex Tajra, produced by Globo News and released in 2022. Through of Narratology (MOTTA, 2005; BORGES, 2014), the article also aims to point out in what ways journalism, as a media tool, is capable of being an instrument of memory, at the same time that it influences the process of forgetting, silencing and erasing, and how the act of narrating can shape and build new meanings about madness in time

**KEYWORDS:** *Craziness. Memory. Narratology. globo News. Juquery.*

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Informação e Comunicação em Saúde no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (PPGCIS/ICICT) na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). E-mail: camilafortesmonte@gmail.com

---

### Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 14 – Volume 02 – Edição 28 – Julho-Dezembro de 2023

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

## **Introdução**

A loucura enquanto produto cultural se configura de maneira relativa se considerarmos os contratos de leitura de mundo. As noções de realidade se alteram de forma individual de modo que os sujeitos que extrapolem essas noções sejam enquadrados como desviantes. A constituição histórica da loucura se dá por meio de rupturas e descontinuidades, e sua criação é fruto da invenção e intervenção humana que, por vezes, se modificava, mas também se repetia e se perpetuava.

Ao longo dos séculos, os sentidos sobre a loucura foram construídos e reconstruídos por pessoas e instituições em posição de poder. Eram os juízes que sentenciavam e puniam; eram os policiais que buscavam higienizar as ruas dos pedintes, andarilhos e loucos e os prendia nas cadeias públicas; eram os médicos que se empenhavam em encontrar uma cura para o mal da loucura e dopavam, torturavam essas pessoas; eram os familiares que não sabiam como proceder com os cuidados e por isso, constantemente, os abandonavam (FRANKLIN, 2020). Entre tantas outras formas de controle desses corpos, podemos afirmar que a lógica manicomial se sustentou na necessidade de conter esses sujeitos, de esconder essas pessoas do convívio social e de experimentar o que a medicina psiquiátrica considerava como um avanço médico durante séculos.

É pensando nessa demanda, que o Hospital Psiquiátrico de Juqueri foi construído nas proximidades de São Paulo (atualmente, no município de Franco da Rocha) em 1898 e foi apontado como uma das maiores colônias do Brasil. O hospício funcionou como depósito de pessoas marginalizadas pela sociedade por diversos motivos, entre eles: loucura, deficiência física, homossexualidade, pobreza, marginalidade, tristeza, desvios morais, imigrantes, usuários de drogas, mulheres adúlteras, prostitutas, entre outros fatores que se enquadravam como suficientes para uma internação compulsória (SONIM, 2021). Para além disso, o hospital psiquiátrico também se tornou um centro da Ditadura Militar e um cemitério clandestino, onde foram enterrados mais de 30 mil corpos.

Durante seus 122 anos de funcionamento, o Hospital de Juqueri foi um ambiente marcado por camisas de força, correntes, eletrochoques, convulsões induzidas e gritos de socorro. O seu fechamento representou um avanço para as políticas de saúde mental do Brasil, e contar as histórias sobre esse manicômio se tornou um ato político em prol da memória das vítimas que tiveram suas vidas comprometidas. Após o encerramento das atividades no hospital, o jornalismo brasileiro se empenhou em contar as atrocidades que aconteciam por trás dos muros psiquiátricos<sup>2</sup>, revelando as experiências, traumas, histórias e memórias jamais esquecidas por quem ali sofreu, direta ou indiretamente.

Dito isto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a produção de narrativas e a construção de sentidos sobre as memórias da loucura formadas pelo documentário “Juquery – Lugar Fora do Mundo”, dirigido por Alex Tajra, produzido pela Globo News e lançado em 2022. O artigo também visa apontar de que modos o jornalismo é capaz de ser instrumento de memória, ao mesmo tempo em que influencia diretamente no processo de esquecimento, silenciamento e apagamento, e de como o ato de narrar pode dar forma e construir novos sentidos sobre a loucura no tempo.

### **História da Loucura: Caminhos que Permanecem**

O que hoje se entende como loucura foi construído por meio das extensões de figuras consideradas desumanas. As primeiras evidências de um estudo sobre o que se considerava "anormal" datam de 2.500 anos na Grécia, quando o interesse se baseava na cura de personalidades estranhas que eram consideradas "possessão demoníaca" (STONE, 1999). Nesse perfil, se enquadravam: andarilhos, pedintes, ciganos, esquizofrênicos, criminosos, homossexuais, mulheres adúlteras, pessoas com deficiência, entre outros. Sob a influência do pensamento cristão, a figura do louco e da

---

<sup>2</sup> “Adeus, Juquery: A nova vida dos últimos moradores do manicômio mais antigo do país”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/adeus-juquery-a-nova-vida-dos-ultimos-moradores-do-manicomio-mais-antigo-do-pais>. Acesso em: 08 ago 2022.

“Adeus, Juqueri!”. Disponível em: <https://autoestima.sp.gov.br/Noticias/News?post=36>. Acesso em: 08 ago 2022.

louca se consolida a partir da ideia de um sujeito desviante, irracional, imprevisível, composto por dualidades e com vestígios de um “castigo divino”. Contudo, por vezes, é diretamente atrelado ao poder da racionalidade, visto que uma só acontece a partir da existência da outra e de forma paradoxal na consciência dessa existência mútua.

No século XVII, a busca pela cura do “mal da loucura” faz com que médicos assumam parcialmente uma responsabilidade sobre o sujeito louco e a sujeita considerada louca, agora dividida com o poder judiciário e religioso. Visto ainda como um devedor para com a moral pública, o louco e a louca são obrigados a pagar sua “dívida social” com mão de obra barata e por vezes escrava, onde o tratamento competia lugar com a punição (FRANKLIN, 2020). As características da loucura, agora percebidas individualmente e não mais misturada aos outros sujeitos considerados desviantes, toma forma e é construída sob uma nova instituição, agora específica para a loucura. São os manicômios que ocupam os espaços de isolamento e a medicina que enquadra a loucura como patologia.

Já no século XIX, a psiquiatria busca formas de lidar com a loucura e suas especificidades, identificando e definindo suas variáveis. Em uma área ainda em formação, o poder médico assume o protagonismo e define quem é louco e quem é são, bem como aponta características e normas de diagnósticos, se tornando uma consciência da loucura. A necessidade de um diagnóstico fez com que hospícios fossem superlotados, com uma infinidade de justificativas para o aprisionamento e silenciamento dos sujeitos. O internamento passa a ser construído sob uma linha tênue entre a busca pelo tratamento ou cura e pela punição e repressão que os espaços de isolamento reiteram.

A domesticação da loucura aponta que cada família ou população local é responsável pelo louco e/ou louca que habita essa comunidade, e que correções punitivas se tornam métodos de cura para este mal, sinônimo de vergonha e constrangimento. De acordo com Foucault (2008), o domínio sobre a loucura se apresenta sob um eixo patológico-científico, responsável pela exclusividade do

diagnóstico, bem como pela definição e manutenção de normas, regras e leis institucionais.

O surgimento dos manicômios no final do século XVIII se apresentam como principal mecanismo de exclusão e detenção do louco. Essas instituições se tornaram espaços de tortura, experimentos e aprisionamentos, buscando cada vez mais excluir, silenciar e apagar a existência dessas pessoas e encontrar uma cura para o mal que os acometia. A medicina e a psiquiatria procurarão, nos anos seguintes, enquadrar a loucura em diagnósticos sob formas de protocolos de doenças. A psiquiatria surge no século XVII como instância de controle social dos desatinos que vagavam e importunavam as comunidades, bem como buscando patologizar as características dos considerados loucos (FRANKLIN, 2020). O internamento e o diagnóstico silencioso já indicam simbolicamente os rumos que a loucura viria a tomar.

O pensamento médico do século XIX busca configurar a loucura em uma série de sintomas que, por sua vez, carregam uma multiplicidade de outros sintomas, quer sejam a presença ou a ausência de determinada característica. Por haver um ideal de comportamento correspondente a cada época e contexto histórico, qualquer extremo, seja ele, muita ou pouca alegria, chorar demais ou nunca chorar, sorrir demais ou nunca sorrir, já era considerado um comportamento incomum ao convívio social. Além disso, o rompimento de padrões sociais também se apresentava como um fator manicomializante.

No século XX, países como a França e a Inglaterra avançavam em busca de novas transformações, criticando as estruturas encontradas pelo mundo com o objetivo de questionar e identificar as falhas do entendimento médico comum sobre a loucura. Bock (2003) aponta que na Inglaterra se inicia o processo de anti-psiquiatria a fim de buscar métodos de tratamentos menos rigorosos e zelar pela voz dos internos, para melhor compreender seus sintomas e características. Para a autora, esses modelos visavam desestabilizar as estruturas do hospital psiquiátrico comum da época, bem como direcionar o olhar para um tratamento da loucura, de modo a intervir social e politicamente nesses espaços.

Dunker (2015) explica que no final do século XX, a medicina psiquiátrica se contenta em descrever o fenômeno da loucura para categorizar os diagnósticos, dar nome e incluir determinadas características às patologias. Um marco importante no avanço dos diagnósticos e de um olhar direcionado ao que ainda se denominava “doenças mentais” foi que, no final da década de 1970, a Reforma Psiquiátrica no Brasil ganha força ao criticar o modelo asilar de assistência em saúde mental, bem como a mercantilização da loucura.

Profissionais da saúde mental, dentre estes, psicólogos, psiquiatras, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, entre outros, se mobilizavam para denunciar os maus tratos cometidos dentro das instituições psiquiátricas e para se auto-organizarem nos movimentos sociais de saúde, reivindicando novas formas de assistência e medicalização (FRANKLIN, 2020). A partir da necessidade de uma lei que contemplasse as pessoas com transtornos mentais de modo humanizado, assistencial e educativo, é promulgada a Lei Federal de número 10.216 do ano de 2001<sup>3</sup> (BRASIL, 2001), que assegura a necessidade de respeito, igualdade e dignidade às pessoas com transtornos mentais<sup>4</sup>.

Contrário a esse movimento de libertação, educação e acesso à saúde de qualidade, o sistema manicomial ainda permanecia resistente em algumas cidades no Brasil e alguns fatores se apresentam como fundamentais para a permanência dessa lógica opressora, como questões sociais, culturais, históricas e, principalmente, econômicas e políticas. Entre essas instituições manicomiais, o Hospital Psiquiátrico do Juqueri se destaca como uma das maiores e mais antigas colônias do país.

---

<sup>3</sup> O Art. 1º da Lei de Reforma Psiquiátrica ou Lei Antimanicomial, como ficou conhecida a lei 10.216, afirma que os direitos e a proteção das pessoas com transtorno mental são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno (BRASIL, 2001).

<sup>4</sup> A Lei em questão é responsável pela criação dos serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, são eles os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as Residências Terapêuticas (RT's) e os leitos psiquiátricos nos hospitais gerais de atendimento público. A lei também reconhece, pela primeira vez, a pessoa com transtorno mental como cidadão de direito, regulamentado e com assistência de instituições responsáveis, como profissionais de saúde, do direito, bem como familiares, sociedade e Estado, uma vez que todos juntos formam a rede de assistência à pessoa com transtorno mental.

## **Franco da Rocha ou Juqueri: A “Cidade dos Esquecidos”**

Inaugurado em 18 de maio de 1898 pelo médico Francisco Franco da Rocha (1864-1933)<sup>5</sup>, a Colônia Agrícola de Alienados do Juquery foi construída no até então município homônimo, com o objetivo de atender um maior número de considerados “doentes mentais” de São Paulo e da região. Composto por 12 pavilhões, sendo 10 de internação, 1 administrativo e 1 centro médico, o hospital psiquiátrico poderia comportar mais de 3.200 internos nos primeiros anos de funcionamento.

De acordo com o Serviço de Atendimento Médico e Estatístico do Hospital do Juqueri (SAME), na década de 1940, o hospital chegou a comportar 5.210 leitos. Na década seguinte, chegaram a ficar internadas mais de 11 mil pessoas, ou seja, uma superlotação de mais de duas vezes o permitido. Ao longo dos anos, o hospital se consolidou como um complexo psiquiátrico, com alas masculinas, femininas, asilo, manicômio judiciário, ala específica para crianças, cemitério, entre outros serviços.

Após o regime militar de 1964, o Hospital de Juqueri também se tornou um importante instrumento de repressão, sendo utilizado para torturar e silenciar quem resistia ao projeto político da época, entre eles, jornalistas, professores e militantes políticos. Há relatos que algumas dessas pessoas foram utilizadas como cobaias em experimentos psiquiátricos (COSTA, 2017). O ambiente no sanatório era precário, desde a alimentação inadequada à péssimas condições de higiene, abusos e maus tratos, o que desencadeava mortes frequentes por diversos motivos: doenças infecciosas, contaminações, suicídio, agressões entre internos e entre funcionários e internos, muitos sendo enterrados como indigentes.

Os pacientes, segundo relatos de ex-funcionários e dos próprios doentes, passavam o dia nos pátios dopados, sem noção do tempo, espaço ou dos seus atos. Muitos deles vestiam uniformes imundos, em farrapos ou nus, com a cabeça raspada, em meio à sujeira que tomara conta do local. À noite, eles se amontoavam nos dormitórios, à espera de um novo amanhecer, que podia ou não acontecer (SONIM, 2021, p. 14).

---

<sup>5</sup> Franco da Rocha foi um dos primeiros médicos a se especializar em psiquiatria no Brasil (SONIM, 2021).

Um cemitério foi construído no complexo em 1913, porém, as informações ficaram restritas aos arquivos do hospital e raramente eram divulgadas. Após uma denúncia anônima feita à Procuradoria Geral de Justiça em 1992, dois livros com mais de 12.500 nomes entre 1965 e 1989 foram entregues aos órgãos oficiais (BIANCARELLI, 1998)<sup>6</sup>. Desses mortos, 7.600 foram enterrados dentro do próprio hospital, revelando assim, um cemitério clandestino de quase 5 mil pessoas, entre elas, homens, mulheres, idosos, recém-nascidos filhos de internas, crianças, jovens e adolescentes, além de muitos membros amputados, como braços e pernas.

É importante destacar que nem todas as internações e procedimentos eram registrados em prontuários. Muitos documentos se perdiam, desapareciam, ou não eram inseridos na ficha dos internos. Dificultando ainda mais o acesso a esses documentos, em 2005, ocorreu um incêndio misterioso<sup>7</sup> no prédio do setor administrativo do hospital, perdendo mais de 100 anos de informações sobre o sanatório. Não foram realizadas perícias ou investigações sobre as razões do incêndio.

Essas e outras histórias sobre o Hospital Psiquiátrico do Juqueri são contadas pelo documentário “Juquery – Lugar Fora do Mundo”, ao abordar a memória do sanatório sob a perspectiva de ex-internos, ex-funcionários, ex-funcionários que se tornaram internos, pessoas que nasceram nas alas psiquiátricas, profissionais de saúde mental, diretores, pesquisadores, entre outros.

Nesse processo de (re)construção de memória, o jornalismo ocupa um lugar central nesse debate. É através da produção, interpretação e circulação de narrativas que a imprensa constrói sentidos, relevando sintomas e produzindo efeitos de real, ora de modo consciente, ora inconsciente (BORGES, 2014). Os núcleos de sentido construídos pelas práticas narrativas associadas às temporalidades e as historicidades de processos

---

<sup>6</sup> “ONG quer apuração de mortes no Juqueri: Hospital psiquiátrico de SP, o maior do país, será investigado”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff25099813.htm>. Folha de S.Paulo Online, seção Cotidiano, 1998. Acesso em: 08 ago 2022.

<sup>7</sup> “Incêndio atinge prédio do Hospital Psiquiátrico do Juquery”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u116386.shtml>. Acesso em: 08 ago 2022.



comunicacionais, integram uma rede de estruturas de poder vigentes, que não podem ser desconsideradas no processo analítico.

### **Que loucura é essa? Tensionamentos entre Mídia, Memória e Narratologia**

Buscando refletir sobre processos comunicacionais e simbólicos nas produções midiáticas, o esforço presente nesse texto é de problematizar os modos como o ato de narrar pode dar forma e construir novos sentidos sobre a loucura no tempo. As configurações narrativas desenvolvidas no documentário em relação ao sanatório abordam, de maneira direta e indireta, o funcionamento de sistemas de valores, crenças, modos de pensar, agir e fazer, que são capazes de sustentar práticas sociais e reforçar ou não determinados padrões e relações de poder (FRANKLIN; BORGES, 2023). As continuidades e descontinuidades relacionadas ao tempo e ao contexto fazem parte dessa análise, verificando as condições que sustentavam essas práticas, sejam elas históricas, econômicas, políticas.

Não estamos afirmando aqui que o jornalismo ou a mídia como um todo é capaz de ditar sistemas de valores, crenças e relações de poder. Aqui, corroboramos com o pensamento de França (2012) ao afirmar que exclusões e práticas de dominação simbólica não são criadas pelos meios, mas que falam das dinâmicas construídas social e culturalmente. No âmbito da construção de narrativas, o jornalismo parte da perspectiva informacional, mas também dialoga com a experiência relatada pelos sujeitos. Acionamos a hipótese de Ricoeur (1997) que afirma que toda configuração narrativa carrega em si, uma refiguração da experiência temporal, a partir do que vemos hoje, sobre a maneira com que são construídos os fenômenos comunicacionais.

Para Barbosa (2017, p. 8), durante o processo de reconstrução do passado como história, os meios de comunicação exercem um papel estratégico, “na medida em que se apregoam como produtores de uma história imediata e reconstrutores da integralidade desse passado”, acionando e, por vezes, resgatando narrativas e sentidos sobre acontecimentos coletivos. Do mesmo modo que o jornalismo pode reconstruir o passado discursivamente, ele também é capaz de colaborar no processo de silenciamento e

apagamento. A partir do momento em que escolhemos falar sobre algo, escolhemos deixar de falar sobre inúmeras outras questões que também podem ser importantes na memória coletiva e sobre a memória histórica<sup>8</sup>.

É pensando nesses acionamentos que as narrativas construídas sobre a loucura a partir do documentário “Juquery – Lugar Fora do Mundo” pode nos revelar como o jornalismo é capaz de reinscrever um acontecimento no tempo, e ser instrumento de memória, influenciando no processo de esquecimento, silenciamento e apagamento de sujeitos e dando novos sentidos sobre a loucura na história. Aqui, as narrativas audiovisuais construídas se tornam um espaço de produção e reprodução desses sentidos múltiplos, que variam de acordo com as camadas de historicização, ao apontar contextos e perspectivas sobre a instituição manicomial e sobre a loucura. Assim, as narrativas carregam não apenas marcadores temporais, mas um protagonismo, uma notoriedade sobre determinados eventos.

Pensar produção discursiva dentro da narrativa documental associada a conceitos tão cristalizados socialmente como a loucura e a lógica manicomial, exige uma interpretação crítica não só capaz de apontar padrões e relações, mas de percepção ao contexto, aos lugares e papéis sociais que os sujeitos interlocutores ocupam hierarquicamente nessas narrativas, as intenções do narrador ao selecionar e priorizar, os modos como esse envolvimento se desdobra nessas construções narrativas e os possíveis efeitos de sentido que esses discursos podem gerar.

Motta (2005) defende que a narrativa não seja compreendida somente enquanto discurso escrito ou falado, mas como uma ação, desenvolvida por narrador e destinatário, capaz de produzir efeitos de sentidos que privilegiem as performances dos

---

<sup>8</sup> Para Maurice Halbwachs (2006), a noção de memória coletiva pode ser vista como uma categoria. Para o autor, o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. Em outras palavras, podemos afirmar que a memória coletiva é um trabalho que determinado grupo social realiza ao articular e localizar as lembranças em quadros sociais compartilhados entre os sujeitos. Já a memória histórica, embora se sustente na memória coletiva, pode ser apresentada como uma memória externa e está relacionada a coisas que aconteceram, mas que nós não vivemos, ou seja, é uma memória “emprestada”.

sujeitos na enunciação narrativa. Seguindo a hermenêutica crítica de Paul Ricoeur (1983), o autor propõe a teoria da narrativa como uma teoria da ação, no qual durante o processo de configuração e refiguração, narrador e receptor são responsáveis pela construção da narrativa, produzindo performances linguísticas movidas por motivações e intenções recíprocas, repleta de valores, ideologias, memórias, o que move em ambos a vontade de construir sentido.

Para Borges (2014), essa interação entre quem elabora uma narrativa e quem dela se apropria, não se dá de modo aleatório. Segundo o autor, ela se realiza em contextos pragmáticos e políticos, produzindo efeitos de real ora consciente, ora inconscientemente. O objeto que analisamos no presente trabalho é capaz de gerar esses efeitos, afinal, ao mesmo tempo em que traz elementos históricos, imagens e vídeos da época, também aciona elementos do tempo presente, como uma interação entre as formas com que certos discursos e narrativas foram construídos em momentos históricos distintos.

O autor também identifica a *subjetivação* como uma estratégia discursiva do narrador, capaz de evidenciar os efeitos poéticos que poderiam gerar no leitor certos efeitos de sentidos emocionais. Momentos históricos, tragédias humanas, desastres, ao serem compartilhados, podem acionar por si só determinados sentimentos coletivos, pois são narrativas que estão sendo acionadas discursivamente. Desse modo, quando esse processo é induzido por uma narrativa jornalística, exige-se do autor uma compreensão dos efeitos sociais, dos sentidos que podem ser acionados e induzidos, assim como também necessita de recursos de interpretação do leitor.

No documentário analisado, imagens são acionadas com o objetivo de conectar um tempo passado a um tempo presente, não tão distante e repleto de sequelas. Aqui, podemos citar Sontag (2004), ao afirmar que imagens são capazes de usurpar a realidade: “uma foto não é apenas uma imagem, uma interpretação do real; é também um vestígio, algo diretamente recalcado do real, como uma pegada ou uma máscara mortuária” (SONTAG, 2004, p. 170).

Dito isto, nosso objetivo metodológico consiste menos em analisar a história da loucura no Brasil e seus impactos sociais, do que os efeitos de sentido produzidos sobre a loucura a partir do documentário “Juquery – Lugar Fora do Mundo”. Dito isto, o trabalho busca analisar a produção de narrativas e a construção de sentidos sobre as memórias da loucura formadas pelo documentário e refletir sobre como o ato de narrar pode construir e reconstruir novos sentidos sobre a loucura no tempo.

### **Epistemologias da Não-Ficção Narrativa**

Antes de partir para a análise, façamos o exercício de perceber sob qual perspectiva se olha e se produz a obra. Nos anos de 1960, o gênero documental brasileiro se consolida através de um conjunto de obras de curta ou média metragens e com circulação limitada. A partir da década seguinte, inicia-se um movimento cujo objetivo era abordar, de modo crítico, o gênero documental e suas interfaces, buscando dialogar com as problemáticas existentes no país naquele contexto (LINS; MESQUITA, 2008). Visando aprofundar as discussões desenvolvidas nas obras, os longas metragens passaram a integrar esse conjunto de produções audiovisuais, e a democratização do acesso a esses materiais também se tornou uma preocupação de modo que a sua ampla circulação era estimulada.

O aprofundamento crítico no gênero documental brasileiro, permitiu uma visibilidade para as minorias sociais e para populações marginalizadas, abrindo um leque para questões de gênero, raça, classe, território, entre outros, mas também, chamou atenção para os modos de narrar. O esforço de compreender e reproduzir cinematograficamente determinada narrativa em um eixo não-ficcional, que aborde questões emergentes em sociedade, parte de uma disputa de interesses e de relações de poder.

Em uma perspectiva mercadológica, é necessário pensar que a produção audiovisual parte de um ponto de vista que busca ser reforçado a partir da escolha dos entrevistados, da locação, das perguntas desenvolvidas, da montagem final do material, e outros fatores que influenciam diretamente no resultado da obra e na apreensão e

circulação desta. Para Comolli (2008, p. 26), “as maneiras de fazer são formas de pensamento”, por isso, é através de um gesto entre o olhar de quem produz e a predisposição de dar voz aos sujeitos envolvidos, que as narrativas são tensionadas.

A “voz do povo” faz-se, portanto, presente, mas ela não é ainda o elemento central, sendo mobilizada sobretudo na obtenção de informações que apoiam os documentaristas na estruturação de um argumento sobre a situação real focalizada. As falas dos personagens ou entrevistados são tomadas como exemplo ou ilustração de uma tese ou argumento, este, muitas vezes, elaborado anteriormente à realização do filme, não raramente a partir de teorias sociais que forneciam explicações tidas como universalmente aplicáveis (LINS; MESQUITA, 2008, p. 12).

Desse modo, as narrativas produzidas partem de um jogo de visibilidade que antes de tudo, é mercadológico, pois compreende-se que o apelo a temas emocionais, sentimentais, trágicos e de certa forma, dramáticos, são atravessados por questões éticas e estéticas que atraem determinado público. O que se pretende causar no telespectador extrapola os muros de uma discussão social e toca no que é possível de ser representado e que perpassa de modo contínuo por sintomas e sensações comuns<sup>9</sup>.

Outro ponto que posso chamar atenção é para os modos com que o diretor da obra e a empresa assumem um papel importante para a narrativa construída, e que nem sempre, ao contrário do jornalismo, pretende-se tratar os fatos com total objetividade. Não há uma obrigatoriedade nesse sentido pois compreende-se que o gênero documental tem permissão para explorar a subjetividade através de um não-realismo, uma não-naturalidade. Comolli (2008) pontua que diferentemente do jornalismo, a produção documental se realiza após o acontecimento e, portanto, é impossível “reconstituir” o que não foi filmado ou capturado. De certa forma, essa afirmação faz sentido se considerarmos que o jornalismo trabalha em função do imediatismo, da objetividade narrativa e de uma imparcialidade utópica, porém, é um argumento

---

<sup>9</sup> A noção de Representação é aqui tensionada a partir de Chartier (1990), ao perceber como uma superfície que agrega objetos culturais, práticas, processos, padrões e sujeitos que são responsáveis por formar determinadas visões de mundo, percepções, sistemas de valores, ou seja, modos de vida através de laços de interdependência que regulam essas relações a determinados padrões.

confrontável se pensarmos que o jornalismo vai de encontro com a notícia, e que raramente (ou quase nunca) está no momento exato do acontecimento ou antes dele.

Pensemos, então, em como o documentário trata seus depoentes e como o jornalismo o faz. Ambos compartilham o formato da entrevista, da busca pelas fontes que destaquem com mais precisão determinados pontos de vista, além da presença de um narrador/jornalista que conduz a obra. Contudo, enquanto o primeiro apresenta-se como um registro ligado ao próprio ser e fazer do cinema, com um aprofundamento temático, uma reflexão ou crítica social e mais tempo de produção e de tela, o segundo se destaca por ser um intermediário da sociedade e da informação do dia-a-dia, de modo que a captura das interpretações dos acontecimentos é um procedimento necessário para a reconstituição dos fatos.

Aqui, não estou afirmando que são perspectivas distintas. Uma não anula a outra, pelo contrário, apenas são modos de olhar e de narrar sobre os fatos, convocando o real como uma figura que atravessa o processo historicizante e midiático. Assim, passemos a análise do trabalho considerando as narrativas cinematográficas e documentais como um eixo norteador para os sentidos que foram aqui atribuídos.

### **Uma Análise de “Juquery – Lugar Fora Do Mundo”**

A partir de uma perspectiva documental, o filme “Juquery – Lugar Fora do Mundo”<sup>10</sup> nos apresenta testemunhos sobre experiências no Hospital Psiquiátrico de Juqueri, localizado no município de Franco da Rocha. Dirigido por Alex Tajra e produzido pela Globo News, o documentário traz o depoimento de ex-internos, ex-funcionários, de ex-funcionários que se tornaram internos, de pessoas que nasceram nas alas psiquiátricas, profissionais de saúde mental, diretores, pesquisadores, entre outros, destacando sobre o funcionamento do sanatório ao longo das décadas, mas

---

<sup>10</sup> “Juquery – Lugar Fora do Mundo” (2022). Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/globonews-documentario/v/10598964/>. Acesso em: 05 jul 2022.

principalmente, sobre a memória das pessoas que foram atingidas direta ou indiretamente pelo manicômio.

O documentário inicia com o testemunho de Walter Farias, um ex-funcionário que foi manicomializado na instituição ao relatar seu incômodo em relação a maneira com que os internos eram tratados.

**Figura 1** - Walter Farias, ex-funcionário e ex-interno do Hospital Psiquiátrico do Juqueri



Fonte: Globo News (2022)

O ex-funcionário inicia seu testemunho falando sobre como funcionava a indução da convulsão através do eletrochoque no Hospital do Juqueri. Cita que o paciente era amarrado nas duas mãos, que na boca lhe era colocado um pano, umedecido as têmporas e acionado um choque de 8 segundos que provocava desmaio na maioria das vezes; quando não, o indivíduo agonizava até desmaiar de fato. “Você chega lá, raspam sua cabeça, tiram todos os seus dentes com uma só anestesia”, conta o ex-interno. Após ter todos os seus dentes superiores arrancados como uma tentativa de controlar um possível ataque a si mesmo ou aos outros, Walter foi manicomializado por anos após discordar dos modos com que os internos eram tratados em algumas circunstâncias.

É válido chamar atenção para a escolha de dar voz a ex-funcionários e ex-pacientes nas narrativas cinematográficas sobre hospitais psiquiátricos. O que comumente era representado em materiais audiovisuais se limitava a um conjunto de imagens e registros antigos de pessoas manicomializadas, nos grandes pátios dos manicômios, com roupas sujas, ou mesmo nus. Outra característica das produções

antigas sobre o tema, era a presença de uma voz-off, um narrador que conduzia a narrativa e limitava as entrevistas aos médicos psiquiatras e diretores dos hospitais. Nesse sentido, o documentário analisado rompe essa barreira ao possibilitar que os sujeitos envolvidos e diretamente atingidos pela manicomialização, possam ter voz, mesmo que brevemente.

O município de Franco da Rocha crescia pelo e a partir do sanatório. Comumente chamada de “cidade dos esquecidos”, Juqueri movimentava uma grande parcela da economia da cidade, onde familiares, profissionais e estudantes buscavam oportunidades de emprego e melhores oportunidades de vida. Mas, quem eram os “esquecidos”? Esquecidos por quem? Pelos familiares que esqueciam seus “loucos” ou eles que se esqueciam de quem eram e, por isso, foram internados? De acordo com Ribeiro (2014), o esquecimento é constitutivo da memória. Para a psicanálise, esse pode ser um movimento sinônimo de recalque, que ocorre para defender o indivíduo de uma dor insustentável, como uma forma de defendê-lo e protegê-lo. Contudo, segundo a autora, esse esquecimento pode ser benéfico apenas até certo ponto, pois, se recalcado, pode se tornar algo físico, psicossomático, potencialmente transformar-se em neurose, angústia, transtornos. É interessante perceber como um esquecimento compulsório, forçado pelo outro, pode se dar sobre o mesmo fator que gerou nessas pessoas um esquecimento de si.

O documentário segue apresentando os testemunhos de ex-pacientes que atualmente moram em residências terapêuticas e buscam uma vida fora dos muros do manicômio. Ivanir Santos e Melquisedeque Neves também foram vítimas dos maus tratos manicomial e afirmam, em suas falas, que “lá não presta”, “não quero voltar mais”, “ficava abandonada” e que “não dormia”. São relatos de quem visivelmente não conseguiu esquecer o que viveu, de quem sente até hoje as dores de décadas de tortura e que o ato de lembrar faz com que essas dores sejam acionadas novamente.

Os relatos testemunhais assumem um lugar do sensível nas narrativas cinematográficas. Além de apresentar em detalhes e com propriedade o relato de quem viveu a realidade que está sendo contada, desloca para o lugar da emoção os



sentimentos de empatia, solidariedade e compaixão. É mais do que relatar experiências, é tocar através das narrativas o sensível e o humano. Em seguida, a psicóloga e pesquisadora Isabel Cristina Lopes destaca que a intenção do Hospital era “esconder para ninguém ver”, isso quando a loucura passa a ser medicalizada em massa e experimentos começam a ser realizados nessas pessoas consideradas “desviantes”.

**Figura 2** - Isabel Cristina Lopes, psicóloga e pesquisadora



Fonte: Globo News (2022)

O ato de esconder pode ser apontado como uma tentativa de esquecimento, silenciamento e/ou apagamento desses sujeitos e sujeitas. Esse aniquilamento é corpóreo, pois esconde e tortura um corpo físico e metafórico que expressa uma existência considerada desviante ou que necessite de apagamento em determinada época. Esse corpo, enquanto experiência vivida, se transforma em narrativa em um processo de identificação a partir do Outro, presente aqui na figura da instituição manicomial (estrutural e simbólica), de modo que esse Outro tenha o poder sobre as corporeidades consideradas errôneas ou desviantes.

Isabel Cristina Lopes pontua que o nome Juqueri tem sua origem na palavra tupi “*iukeri*”, que significa “o rio do espinheiro que dorme, propenso a dormir”. A planta *iukeri* também carrega esse nome por conta da sua reação ao toque humano: automaticamente, ela se fecha e só volta a se abrir, após alguns minutos.

**Figura 3** - planta *îukeri*



Fonte: Globo News (2022)

A psicóloga conta: “Assim como a planta, muitas histórias foram silenciadas, muita coisa adormecida, muita coisa que está dormindo, muita violência, muita tortura e que precisa ser despertada”. A associação entre silenciamento e dormência não é equivocada, porém, nos coloca como dada a associação entre a visibilidade e o despertar, e o acordar. Para Pollak (1989), o não-dito está presente nas zonas de sombra, nos silêncios, em fronteiras com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 7).

86

Por isso, o que está dormente nem sempre pode ser visto como um lugar seguro, de conforto ou passividade. Esse também pode ser um lugar de escolha – ou de falta dela, se considerarmos que essas histórias foram construídas não por vontade desses sujeitos, mas que lhes foi imposto institucionalmente. É o que afirma um outro ex-funcionário do hospício, José da Conceição.

**Figura 4** - José da Conceição, ex-funcionário do Hospital Psiquiátrico de Juqueri



Fonte: Globo News (2022)

---

## Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 14 – Volume 02 – Edição 28 – Julho-Dezembro de 2023

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

Enquanto José mostra sua muda de *iukeri*, ele afirma que é possível se acostumar com a violência que ocorria dentro do manicômio: “Aquilo passa a ser normal. O sofrimento acostuma, a violência acostuma, a depreciação das pessoas, você acostuma”, diz o ex-funcionário. Em seu testemunho, reflete sobre quem estaria no Juqueri hoje em dia se as noções de loucura e sanidade ainda fossem as mesmas daquela época: “Se [hoje, a pessoa] amarrou uma pulseira no braço ou na perna, ou colocou uma tatuagem diferente, uma roupa estranha, é xarope, então já estaria no Juqueri”, afirma José.

Embora anacrônica, a sua reflexão nos permite relembrar a importância do contexto ao analisar determinado processo histórico. Para Ribeiro et al (2017), o contexto pode ser percebido enquanto exterioridade constitutiva, ou seja, como um ponto essencial, e não como pano de fundo ou dimensão externa. Aplicando à presente pesquisa, é possível apontar que o contexto dita, em conjunto com outros elementos, os padrões da época, os costumes ideais, as regras morais, os discursos e narrativas sobre o louco e até mesmo a forma de se narrar sobre essas pessoas. José ainda pontua: “O Juqueri foi tudo isso: histórias que se sabem e histórias que não se sabe até hoje”, nos revelando que existe uma linha tênue entre o que se mostra e o que se esconde no processo de rememoração. Para Barbosa (2021), o ato de rememorar está encravado em ordens temporais, em um enredo que se atualiza na memória de quem ainda lembra do passado e que se reatualiza permanentemente.

O documentário também entrevista o pesquisador da UNIFESP, João Fernando Marcolam, que inicia sua fala afirmando que quando as pessoas se tornam pacientes no Juqueri, elas deixam de serem humanas para se tornarem objetos, alvo “que eu posso mudar de lugar, que eu posso fazer o que quiser”. É nesse sentido que os internos se tornaram mão de obra barata e muitas vezes escrava, que foram abusados, explorados, violentados, dopados e silenciados ao longo das décadas. O pesquisador segue: “Quantas pessoas nasceram no Juqueri, foram doadas e não sabem da sua história? (...) Como você é capaz de resgatar isso?”, questiona João Fernando.

É notável que existe um esforço em tentar reparar danos, sequelas, traumas, décadas de vida que foram perdidas dentro dos muros do Hospital do Juqueri, e que nas narrativas do documentário assumem um lugar de revolta e indignação com um tempo passado que normalizou os estigmas e preconceitos com a pessoa com transtornos mentais e/ou com populações vulnerabilizadas.

O pesquisador também relata sobre a ausência de incentivo dos órgãos públicos no processo de manutenção de uma memória histórica: “Os governos tentam fazer um apagamento da história do Juqueri, como se ele nunca tivesse existido. O povo já não lembra do Juqueri, já não existe mais, oficialmente, fechamos o Juqueri”, cita João Fernando, reforçando o debate sobre a emergência de uma discussão que não cessa com o fechamento institucional, pois deixou sequelas e consequências no país.

**Figura 5** – Cena de reportagem



Fonte: Globo News

O documentário segue mesclando reportagens da década de 1980 e 1990, trabalhando com elementos de apelo emocional, como imagens dos pacientes nos pátios, sendo amarrados e contidos, estendendo as mãos pedindo ajuda, e ao trazer para o tempo presente, aciona elementos problematizadores da realidade que acometia essas pessoas.

O pesquisador cita ao longo da entrevista frases que merecem destaque, como: “A memória da loucura precisa ser resgatada” e “O hospital precisa virar um memorial, um acervo, para quem tem compromisso com a história”. Essas colocações de João Fernando Marcolam nos é muito importante pois aciona o conceito de “lugares de memória” desenvolvido por Pierre Nora (1993), compreendido como locais onde a

sociedade “deposita” objetos, a quem é atribuído uma área de memoráveis, e que representa uma luta pelo não esquecimento.

Para o autor, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos (...) porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 7). Desse modo, compreendemos a necessidade do pesquisador em transformar esse espaço físico que comportou diversas histórias traumáticas em um ambiente de rememoração, de não-esquecimento dessa memória e das pessoas que ali, foram de fato, esquecidas. Para o autor, esse *dever de memória*, “faz de cada um, o historiador de si mesmo”, de modo que essa seja uma responsabilidade coletiva.

Um último entrevistado merece destaque: O então diretor do Hospital Psiquiátrico de Juqueri, Glalco Cyriaco, desenvolve durante toda sua fala sobre como o sanatório não é mais o mesmo de tempos passados. Um trecho nos chama atenção: “O que é feito hoje para preservar a memória [do Hospital] tem como objetivo fazer com que aquilo que de fato aconteceu e que não é motivo de orgulho para a instituição, tem que estar sendo visto, até para que não aconteça novamente”, afirma o diretor. Nora (1993) nos lembra que se o que é defendido não estivesse sendo ameaçado, não se teria a necessidade de construir esses ambientes, o que nos reforça a importância desses lugares de memória, principalmente, se considerarmos as ameaças e retrocessos na rede de atenção psicossocial do Brasil nos tempos atuais.

Nesse sentido, tomemos algumas reflexões fundamentais: quais as narrativas sobre a loucura estão sendo construídas no documentário? Quais as diferenças dessa narrativa para as realizadas anteriormente? Como a escolha dos depoentes e fontes envolvidas constroem a narrativa sobre os acontecimentos no Hospital do Juqueri? Para responder essas questões, pensemos que os sentidos construídos sobre a loucura foram significados e ressignificados ao longo do tempo. Essas noções que variam de acordo com a temporalidade e a espacialidade presente, nos revelam modos de ser e estar no mundo, desse modo, é necessário deslocar os sentidos acionados em um tempo passado a partir de uma narrativa que se constrói no tempo presente.

No documentário, as noções sobre a loucura se concentram em relatar os modos de operação institucional que se deu de modo sistemático, manicomial e eugenista, no esforço de contar essas histórias, relatos e testemunhos. A narrativa foca em compartilhar experiências individuais de quem teve a sua vida alterada a partir dos muros do hospital, ou de quem adquiriu um conhecimento sobre a instituição ou sobre a história da loucura em geral, de modo que essas reflexões são constantemente associadas a um contexto social, político, cultural e econômico. Em um segundo movimento, ocorre uma preocupação em romper com os estigmas sociais atrelados as pessoas com transtornos mentais, através da fala de profissionais da área de saúde mental e pesquisadores.

Outra característica expressiva na análise é o que difere as narrativas do documentário das narrativas cinematográficas desenvolvidas anteriormente sobre loucura no Brasil. Ambos desenvolvem uma perspectiva antimanicomial, abordando as histórias, relatos e testemunhos de quem sofreu algum tipo de violência em instituições psiquiátricas no país, contudo, o documentário analisado neste trabalho se aprofunda nas consequências e sequelas dessas manicomializações em um tempo presente, característica essa perceptível ao apresentar a busca de uma mulher pela sua mãe que morreu no Hospital do Juqueri; ou o dia-a-dia de duas pessoas que passaram décadas internadas no hospital e que atualmente buscam formas de viver em sociedade.

Diferentemente disso, as produções documentais produzidas anteriormente concentram-se em relatar os maus tratos e o dia-a-dia das pessoas manicomializadas dentro do hospício, com imagens expressivas de pessoas acorrentadas, nuas ou vestidas com retalhos de panos sujos, muitas vezes sentados ao chão, em completo estado de vulnerabilidade. Narrativas semelhantes podem ser encontradas em documentários como “Em Nome da Razão” (1979), dirigido por Helvécio Ratton; “O Holocausto Brasileiro” (2016), dirigido por Daniela Arbex e Armando Mendz, baseado no livro homônimo de Arbex; e “Dos Loucos e das Rosas” (2011), dirigido por Andrea Pinto. Apesar do reforço de um processo simbólico e imagético estigmatizante, compreendo que esse é um movimento importante para que a sociedade visualize de fato a tortura

cometida e sofrida dentro dessas instituições e, principalmente, para que não se repitam na história.

Pensemos também na relação das imagens de arquivo utilizadas em matérias jornalísticas e as (re)leituras e interpretações possíveis quando elas são reproduzidas no contexto do documentário. No documentário, são apresentadas entrevistas jornalísticas das décadas de 1980 e 1990, com imagens dos internos nos pátios ou presos em celas, estendendo as mãos pedindo ajuda. Nessas reportagens, as entrevistas se limitam a ouvir diretores, enfermeiros e familiares dos internos, reduzindo o espaço das pessoas manicomializadas à exposição de sua imagem. Nesse movimento, narrativas jornalísticas apresentam um caráter de denúncia em um tempo passado e que, rememorados pela narrativa documental, assumem um lugar de reflexão e aprofundamento temático, deslocando essa perspectiva para uma dimensão situacional. Além disso, o documentário se ancora na veracidade do jornalismo para reforçar o direcionamento e a perspectiva narrativa que está sendo desenvolvida no longametragem.

Por fim, pensemos em como a escolha das fontes envolvidas constroem a narrativa sobre os acontecimentos no Hospital do Juqueri. Apesar do esforço em dar voz para os sujeitos e sujeitas que tiveram suas vidas comprometidas a partir dos processos de manicomialização – que transpõe as barreiras institucionais e toca em questões simbólicas e narrativas –, é dado uma maior visibilidade e participação em tela aos pesquisadores, profissionais e diretores da instituição. A ordem das entrevistas também nos revela um movimento: iniciar o documentário com a fala de um ex-funcionário que se tornou interno por questionar os métodos ali utilizados, nos mostra a gravidade dos acontecimentos e nos impõe uma maior sensibilidade para o que será apresentado na narrativa a seguir. O relato de Walter Farias descreve métodos de tortura, por isso, nos provoca sentimentos e sensações de empatia, solidariedade, pena e revolta, que prende o telespectador de modo induzido.

Do mesmo modo, o filme encerra com o relato do diretor do Hospital, Glalco Cyriaco, abordando sobre a importância de preservar a memória do hospício para que

maus tratos como aqueles não se repitam no país. Após a fala do diretor, o documentário revela que poucos meses depois, o médico psiquiatra renunciou do cargo de direção. O que essas questões representam em termos de narrativa? Em um primeiro exercício, nos sinaliza o assentimento que a fala do mais alto cargo do hospital dá à narrativa que foi construída ao longo do filme, ou seja, uma lógica hospitalocêntrica e psiquiátrica ainda impera discursivamente nessas produções. Em um segundo movimento, nos desvela o abandono em forma de renúncia da luta antimanicomial que constantemente vê nos discursos da medicina psiquiátrica um ambiente de ameaças e retrocessos.

### **Considerações Finais**

O documentário jornalístico “Juquery – Lugar Fora do Mundo” traz uma série de depoimentos sobre a realidade que acometia o hospital psiquiátrico do Juqueri. Embora o hospital tenha encerrado suas atividades a cerca de um ano, esse processo investigativo carrega não apenas informações que podem ser compartilhadas com uma certa facilidade, e sim o oposto, revelando sintomas de uma sociedade que ainda exclui, apaga e silencia pessoas que não são vistas como dignas, reforçando estigmas e preconceitos que os acompanha a séculos.

São inúmeras as possibilidades de análise sobre as narrativas construídas a partir do documentário, contudo, nos concentramos em trazer características e percepções sobre os modos de se narrar, e analisar a produção dessas narrativas a partir do registro documental e a construção de sentidos sobre as memórias da loucura a partir do filme. Dito isto, percebemos algumas questões trabalhadas no transcorrer do documentário, que merecem atenção. Em primeiro lugar, observamos a necessidade de uma comparação entre as narrativas contadas através do jornalismo da década de 1980, 1990 – que já carregavam um caráter de denúncia sobre os métodos de isolamento e os métodos considerados de tratamento – e as narrativas produzidas nos tempos atuais – acionadas através dos discursos de pesquisadores, como Isabel Cristina Lopes e João Fernando Marcolam –, o que nos leva ao segundo ponto.



Nas reportagens realizadas nesse contexto citado anteriormente, eram os médicos, os diretores, psiquiatras, juízes e delegados apontados como os porta-vozes dos considerados loucos e loucas. Já nas narrativas construídas pelo documentário, pode-se ouvir pesquisadores, psicóloga, ex-pacientes – movimento este, de modo tímido na narrativa – de maneira que as pessoas que de fato vivenciaram aquela realidade e que não passaram a ser ouvidas e a considerar suas narrativas como legítimas nesse debate.

Outro ponto que podemos destacar, refere-se a que memórias estão sendo acionadas ao se construir narrativas documentais que despertam dores e traumas. Ao olharmos com atenção, é possível afirmar que são construídas identificações a partir da memória do Outro, de memórias que nós enquanto telespectadores não vivemos, mas que nos tocam como se tivéssemos vivido. Halbwachs (2006) denomina essa noção de memória social ou memória histórica, como apresentamos anteriormente.

O documentário se sustenta na memória das pessoas, no vivido dentro dos muros manicomiais e no não-vivido em relação ao mundo externo ao hospital. Seriam essas as memórias e narrativas capazes de nos revelar acontecimentos que ignoramos ou que menosprezamos? Seriam essas as escutas que precisamos fazer de maneira regular para que certas catástrofes e tragédias humanas não venham a ocorrer novamente? Esse debate ainda se faz urgente em um contexto social e político de recentes ameaças à democracia e a história do país. Nessa discussão, o estudo das narrativas ocupa um lugar central, pois nos revela os modos de operação, produção e circulação de sentidos e tensionalidades narrativas.

Ancorar a estratégia argumentativa do documentário em relação a constituição de memória e esquecimento também é um ponto chave nessa problemática. O desenvolvimento de uma narrativa investigativa, aciona por si só, aspectos dos estudos memorialísticos que deslocam para o tempo presente um debate histórico contínuo. Para além, em um processo de autorreferenciação, a narrativa fomentada pelo documentário tensiona e desloca os sentidos das memórias, dos arquivos, das imagens, dos documentos e testemunhos, para um debate contemporâneo.

Dito isto, é válido refletir sobre os modos com que as pessoas com transtornos mentais são postas nos discursos jornalísticos, documentais, midiáticos, entre outros – discussão essa que vem sendo realizada em outras pesquisas de autoria própria. Para que as narrativas construídas sobre as pessoas com transtornos mentais – e sobre a figura do louco e da louca que foi construída histórica e socialmente – possam ser mudadas e ressignificadas, elas precisam, primeiramente, serem contadas a partir do protagonismo desses sujeitos e sujeitas. Quando não falamos, quando não lembramos, corremos o risco de colocar certos debates em silenciamento, latentes, abrindo margem para que novos ataques e ameaças ocorram novamente.

## Referências

BARBOSA, Marialva C. “Mídia e Memória: Entrelaçamentos”. **Revista Comunicação e Memória**. Revista 01, ano 01, p.16-23. Março, 2021. Disponível em: [https://revistacm.memoriadaeletricidade.com.br/uploads/Revista\\_Comunicacao\\_e\\_Memoria\\_ano\\_01\\_mar\\_01\\_pdf\\_2898419278.pdf](https://revistacm.memoriadaeletricidade.com.br/uploads/Revista_Comunicacao_e_Memoria_ano_01_mar_01_pdf_2898419278.pdf). Acesso em: 05 ago 2022.

BARBOSA, Marialva C. “Comunicação: uma história do tempo passando”. **Revista Transversos**, v.0, p.98–118,2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/30932/22496>. Acesso em: 03 ago 2022.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A perspectiva sócio-histórica na Formação em Psicologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BORGES, Wilson Couto. “A Narratologia deve estar atenta à cultura”. In: LERNER, K.; SACRAMENTO, I. (Orgs.) **Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

BRASIL. **Lei 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Seção 1.

CHARTIER, R. **A História Cultural**. Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1990.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e poder – a inocência perdida: cinema, televisão, ficção documental**. Tradução: Augustin de Tugny, Oswaldo Teixeira, Riben Caixeta. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COSTA, Maria Isabel Sanches. “Política de Saúde-Política de Segurança: Manicômio Judiciário, entre o Hospital e a Prisão”. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, Nº 5, p.

144-160, 2017. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/05/pdf/COSTA\\_M\\_I\\_S\\_Politic a\\_de\\_SaudePolitica\\_de\\_Seguranca\\_Manicomio\\_Judiciario\\_Entre\\_o\\_Hospital\\_e\\_a\\_Pr isao.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/pdf/COSTA_M_I_S_Politic_a_de_SaudePolitica_de_Seguranca_Manicomio_Judiciario_Entre_o_Hospital_e_a_Pr isao.pdf). Acesso em: 8 ago 2022.

DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: Uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FRANÇA, Vera. “O acontecimento e a mídia”. **Revista Galaxia**, n. 24, dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641250002.pdf>. Acesso em: 04 ago 2022.

FRANKLIN, Camila Fortes M. **A construção da figura do louco no Piauí no Jornal O Dia: um panorama de 1970 a 2019**. 2020. 206 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFPI, Teresina, 2020.

FRANKLIN, Camila Fortes Monte; BORGES, Wilson Couto. Narrativas manicomiais: a produção de sentidos e as práticas comunicativas sobre a loucura no Brasil. In: **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, 9ª ed., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25965/trahs.5014>. Acesso em: 3 mar. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro, 2006.

JUQUERY – Lugar Fora do Mundo. Direção: Alex Tajra. São Paulo: Globo News, 2022.

LINS, Consuelo; MESQUITA, Claudia. **Filmar o real**: sobre o documentário brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia: análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, pp. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 04 ago 2022.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. Disponível em: ([http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio)). Acesso em: 04 ago 2022.

RIBEIRO, Ana Paula G.; MARTINS, Bruno G.; ANTUNES, Elton. “Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história”. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v.24, n.3, set.-dez.2017. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/27047/15701>. Acesso em: 05 ago 2022.

RIBEIRO, Ana Paula G.; MARTINS, Bruno G.; ANTUNES, Elton. “Entre memória e esquecimento: a mídia e os diferentes usos do passado”. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha e MIRANDA, Marcela (orgs.). **Narrativas do Jornalismo & Narrativas da História**. Porto: Media XXI, 2014, p.57-80.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa III**. Campinas: Papirus, 1997.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1983.

SONIM, Daniel Navarro. **Cinzas do Juquery: Os horrores do maior hospital psiquiátrico do Brasil**. Org: Daniel Navarro Sonim e José da Conceição. São Paulo: Noir Editora, 2021.

SONTAG, Susan. “O mundo-imagem”. In.: **Sobre Fotografia**. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.167-196 (Cap.6).

STONE, Michael H. **A cura da mente: a história da psiquiatria da Antiguidade até o presente**. Porto Alegre: Artmed, 1999.